



Debate Nacional sobre  
Educação

## Depoimentos Pessoais

*Maria Teresa Leão*

---

### Ainda sobre... o Ensino Superior Politécnico em Portugal

Sem prejuízo do vasto rol de motivações que se possam encontrar na origem do incremento do número de alunos a frequentar o sistema de ensino superior em Portugal, - as quais, aliás, concisa e objectivamente, segundo Jorge Carvalho Arroteia (2002:102), se podem considerar entre razões de ordem demográfica que se relacionam com o fenómeno da democratização do ensino e duração da permanência da população escolar no sistema e razões de ordem social que, por sua vez, se relacionam com as expectativas de mobilidade social associadas à titularidade de um diploma de ensino superior - é sem dúvida a dicotomização do ensino superior, e por conseguinte, a instalação progressiva de estabelecimentos de ensino superior de natureza politécnica que tornou exequível esse fenómeno de crescimento. Globalmente, poder-se-á considerar que embora muito mais “jovem”, o subsistema de ensino superior politécnico, representa já cerca de metade do sistema de ensino superior nacional, com cerca de 45,0% do total de alunos inscritos. Num contexto de viragem, no qual mudanças, ou no mínimo adaptações, se impõem no *modus operandi* das nossas instituições de ensino superior, urge reflectir sobre a relevância da dicotomização do ensino superior em Portugal. Se o papel das nossas jovens e menos jovens universidades nunca foi posto em causa, convém ressaltar o significativo contributo que as instituições que caibam – pese embora não apenas formalmente – na definição de ensino superior politécnico, do qual desagregamos atributos como o seu carácter regional, a sua dimensão mais inter-actuante com os sistemas de produção e a sua intervenção no âmbito da formação contínua, podem proporcionar para o desenvolvimento e modernização do País, sobretudo se atendermos à premência em diluir e colmatar, mais do que assimetrias, verdadeiros “fossos” regionais. Considerando que o sistema formal de ensino, corresponde a um instrumento de sociabilização, integração e ajustamento, por excelência, às metamorfoses e, inclusive, rupturas de uma sociedade altamente heterogénea, mas, sobretudo, a um *locus* privilegiado de produção de conhecimento e de desenvolvimento de potencial, no sentido em que visa que os sujeitos implicados - dadas as competências adquiridas, - sejam capazes de intervir com maior protagonismo na construção do seu devir. Reconhecendo, naturalmente, a responsabilidade do ensino superior, enquanto estágio final do sistema formal de ensino, para o sucesso relativo com que, percebemos continuar a ocorrer os processos de transição ou - numa perspectiva mais estrutural, - as trajectórias de integração no sistema de emprego, por parte dos sujeitos que nele obtêm os seus diplomas. Admitindo, ainda, que a mera presença física das respectivas unidades de ensino podem interferir, favoravelmente, no desenvolvimento e na modernização da comunidade local em que, por iniciativa do Estado ou de particulares, vieram a ser criadas, a relevância social do subsistema politécnico assume um posicionamento e uma força inquestionáveis. Ainda que se não conheçam estudos empíricos que atestem o impacto negativo, que designadamente a necessidade objectiva de os indivíduos efectuarem deslocações. mais ou menos longas. e/ou de

se fixarem fora da residência de família, produz, sobre a frequência deste nível de ensino, consideramos, todavia, que estes são constrangimentos efectivos, - com uma dimensão física, e financeira, (mas também, previsivelmente, psicossociológica) que, no caso de determinados públicos, e de que é exemplo aquele que integra os indivíduos que ingressaram já no mercado de trabalho, podem, inclusive, assumir proporções incontornáveis. Com efeito, a ausência de oferta, fisicamente, próxima do local de trabalho e/ou de residência e/ou, tão simplesmente, sem horários de funcionamento pós-laboral, poderão, por si só, inviabilizar a frequência deste nível de ensino. A presença de instituições de ensino superior poderá, por conseguinte, travar processos de crescente desequilíbrio entre as regiões periféricas, semi-periféricas e interiores, bem como o atrofiamiento destas últimas, no mínimo, pela sua acção potenciadora na esfera do desenvolvimento do capital humano e respectivos efeitos na maximização ou optimização do desenvolvimento regional. Assim, a presença de instituições de ensino de nível superior com vocação regional, favorece o desenvolvimento local, na medida em que propicia a qualificação dos respectivos recursos humanos os quais, por seu turno, para além de, seguramente, potenciarem o aumento dos níveis de eficiência do tecido empresarial, podem impulsionar a criação de novos projectos, e, por essa via, mais emprego e mais rendimento, e, por conseguinte, uma melhoria generalizada das condições de vida da população. A radicação de jovens nas regiões semi-periféricas e interiores impede igualmente o surgimento de fenómenos de envelhecimento da população e constitui a principal fonte de reserva para efeitos de "injecção" das energias necessárias, que em cada momento são chamadas a intervir, com vista a dar resposta aos crescentes e renovados desafios com que as mesmas se deparam. Por outro lado, o ensino superior contribui para o estabelecimento de equilíbrios regionais, na medida em que viabiliza uma maior racionalização dos recursos naturais, materiais e humanos, das regiões em causa, isto para além da responsabilidade, que lhe assiste, enquanto produtor de conhecimento e, por conseguinte, da legitimidade e potencial, que evidencia, para intervir na esfera da inovação e do desenvolvimento. Atendendo ao paradigma de formação a que obedecem e aos meios físicos materiais e humanos de que dispõem, para além do seu considerável grau de dispersão geográfica, as instituições de ensino superior politécnico afiguram-se como entidades, potencialmente, bem posicionadas para responder às diversas necessidades de aprendizagem dos adultos, como agentes correctores dos disfuncionamentos emergentes no mercado de trabalho e, muito em particular, em alguns sectores de actividade e/ou regiões. O subsistema de ensino superior politécnico, muito particularmente, reforça, assim, a sua relevância ao assumir-se como "canal" de ligação do indivíduo ao emprego, não só pela adequada preparação de jovens para o mercado de trabalho, como pela especialização, actualização e/ou reconversão de adultos, com vista a um melhor ajustamento a esse mesmo mercado. Além do mais, equacionando-se esta questão numa vertente eminentemente social, a manutenção e consolidação do subsistema politécnico poderá repercutir-se, favoravelmente, no sentido de proporcionar um maior equilíbrio entre o perfil formativo e os lugares disponíveis nas estruturas empresariais. Aliás, no que respeita a este ponto em concreto, admite-se - face às crescentes dificuldades experimentadas, por parte de diplomados pelo ensino superior, designadamente, de índole universitária, na obtenção do retorno esperado ou considerado compatível com o grau de investimento realizado e ainda ao conseqüente aumento de sentimentos de insatisfação e frustração, - a possibilidade de, a prazo, a escolha deliberada por percursos de formação alternativos - designadamente, de cariz mais técnico e mais aplicado, o que no nível de ensino superior corresponde ao ensino politécnico - poder vir a assumir-se como um fenómeno de incidência ainda mais regular. De facto. os estudos efectuados pela ODES. relativos aos diplomados pelo

ensino superior no ano lectivo de 1994/95, atestam que os diplomados pelo ensino superior politécnico conseguem colocação no mercado de trabalho mais rapidamente do que os diplomados pelo ensino superior universitário. Por outro lado, o estudo efectuado por Cerdeira (1999), junto dos diplomados das instituições de ensino superior da região do Alentejo, evidencia que é, justamente, entre os provenientes do subsistema politécnico que se encontra o maior número dos que respondem que não tiveram dificuldades na transição para a vida activa. De facto, considerando que: 1º - o tecido empresarial reforçará, no futuro, o seu estatuto de principal mercado de emprego de diplomados; 2º - a capacidade deste tecido empresarial em integrar sujeitos portadores de uma formação mais prospectiva, ou seja, dotados de conhecimentos e competências mais consonantes com o nível da gestão estratégica e da concepção, posicionados ao nível do topo da hierarquia das organizações, continue, naturalmente, limitada; 3º - o interesse pelo recrutamento de indivíduos que usufruam de uma boa base de cultura geral, com competências que lhes permitam executar trabalhos em equipa e até mesmo liderá-las, mas, simultaneamente, capazes de intervir em esferas menos intelectualizadas, susceptíveis, portanto, de exercer funções ao nível intermédio das suas estruturas, se mantenha, admite-se a possibilidade de se vir a consolidar uma inequívoca preferência em favor de um ensino de nível superior de índole mais prático e mais conforme com “o aqui e agora”. “Tendencialmente, poderia admitir-se que esta lógica de acompanhamento contínuo do tempo real seria, academicamente, menos exigente que aquela outra de construção prospectiva do futuro; no entanto, se considerarmos que o “tempo presente” se vai sucedendo em ritmo vertiginoso de mudança, teremos de concluir que a dinâmica de um acompanhamento tempestivo exige respostas qualitativamente adequadas, sob pena de obsolescência a curto prazo.” (Simão e Costa, 2000:29)

30 de Janeiro de 2007

Maria Teresa Leão